Moção condena projeto

O Consuni aprovou, também por unanimidade, Moção da UFRJ condenando o Future-se. O texto, proposto por técnicos-administrativos e estudantes, denuncia que o projeto determina que "entes privados participem da gestão da universidade", isentando o Estado de sua obrigação de financiar essas instituições e condenando o futuro da universidade e do país.

Moção da UFRJ sobre o "Future-se"

• O Colegiado aprovou o teor da nota. A forma final ainda dependia de ajustes.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro possui um profundo compromisso com a educação brasileira, com o desenvolvimento científico e tecnológico e com a diminuição das desigualdades que assolam nosso país. Partindo desse pressuposto, nunca nos omitimos em debater a educação.

Entretanto, fomos surpreendidos nas últimas semanas pelo anúncio do programa "Future-se", do Governo Federal, construído sem nenhum diálogo com reitores e associações de docentes, de técnico-administrativos e de estudantes. Nenhuma representação da comunidade acadêmica foi preliminarmente ouvida na elaboração de um programa que transforma profundamente a educação brasileira, como se uma consulta pública online pudesse cumprir essa função num tema tão profundo e central para o país.

O "Future-se", nome escolhido pelo ministério, é uma promessa de financiamento privado para ensino, pesquisa e extensão, desde que as universidades abram mão do seu modelo de governança, submetam sua gestão a organizações sociais indicadas pelo MEC e, em suma, abram mão da sua autonomia. Tudo isso em prazo recorde para "adesão". Trata-se do fim da garantia orçamentária constitucional e a institucionalização da financeirização e especulação com os recursos que supostamente irão manter a universidade.

Determinando que entes privados possam participar da gestão da Universidade (e, portanto, do dinheiro público) e isentando o Estado da responsabilidade de financiador prioritário das instituições de ensino superior, o Governo Federal condena a Universidade pública, gratuita e de qualidade. Com esta, condena também o futuro do país, abalando profundamente a relativa democratização do ensino superior alcançada nos últimos anos, a formação de pessoas, o desenvolvimento de ciência e tecnologia e de serviços voltados aos interesses mais imediatos da população brasileira.

A gestão por Organizações Sociais abre margem também para o fim das carreiras: Os atuais servidores Docentes e Técnicos Administrativos em Educação poderão ser cedidos às OS, passando a receber seus pagamentos por elas. Contratos de prestação de serviço – inclusive no regime de trabalho intermitente – ocuparão o lugar de concursos públicos. É a precarização do trabalho radical e explícita.

O projeto também ameaça a extensão universitária. A Lei Rouanet, uma lei criada para o fomento de atividades culturais, surge como "solução" para a extensão, ignorando que inovação e desenvolvimento tecnológico também são desenvolvidas em projetos de extensão e desobrigando o Estado de financiar as atividades.

O "Future-se", portanto, deve ficar no passado. Para solucionar a crise das Universidades, é necessário que haja prioridade em garantir que os recursos do Estado sejam direcionados para a educação pública, ao contrário do que vimos nos últimos anos, com a Emenda Constitucional 95 e os sucessivos cortes orçamentários, que hoje significam para a UFRJ o risco da interrupção das atividades acadêmicas, da limpeza, de seus restaurantes universitários, entre outros serviços fundamentais para o funcionamento cotidiano da instituição. Garantidos o financiamento e a autonomia universitária, não há dúvida de que a UFRJ e as demais Universidades continuarão a cumprir papel fundamental para que alcancemos um país justo e soberano.